

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009108-65.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Banana Brasil Eventos Ltda**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Banana Brasil Eventos Ltda moveu ação de reparação de danos em face de Telefônica Brasil S/A (outra ré excluída pela decisão de fl. 94).

Sustentou que sem ter efetuado qualquer contratação, recebeu cobranças relativas à linha móvel 16-99991-1500. Efetuou reclamações pela central de relacionamento (1058), passando por verdadeiro calvário, com ligações "caindo", repetição de argumentos a atendentes diversos, após muita demora, sempre sem qualquer solução.

Além disso, e diante da ausência de solução, foi firmada reclamação junto à Anatel, em 21/07/2015, sobrevivendo resposta na qual a requerida informou não possuir qualquer contrato junto à autora, encaminhando o caso ao setor responsável por fraudes.

Como nenhuma solução veio, nova reclamação foi feita à Anatel (18/08/2015), sem resposta.

Em virtude da inclusão de seu nome no SCPC e Serasa, foi necessária a presente demanda.

Tutela antecipada parcialmente concedida às fls. 41/42.

Contestando, houve pedido de exclusão de uma parte da lide (acolhido à fl. 94). Além disso, informou não ser aplicável o CDC à espécie, por ser a autora pessoa jurídica. Quanto ao mérito, disse que "após consulta sistêmica no sistema operacional da Ré, foi localizada a linha de titularidade em nome da Autora, conforme tela abaixo colacionada" *sic* (fl. 59). Afirmou que, portanto, os débitos são devidos e que não são cabíveis danos morais.

Manifestação sobre a contestação às fls. 92/93.

É o relatório.

Decido.

O julgamento no estado está autorizado quer pela desnecessidade de produção de outras provas, quer pela manifestação das partes (fls. 97/98), que o requereram.

Não obstante tecnicamente ser desnecessária a análise em separado do que dito em contestação sobre a não incidência do CDC, de tão absurda a alegação, pertinente a referência ao expresso texto legal do artigo 2º, da Lei nº 8.078/90. Consumidor não se define por sua natureza subjetiva – pessoa natural ou jurídica -, mas sim por sua condição na relação negocial. No presente caso a autora – se tivesse contratado, o que será analisado – seria consumidora por receber os serviços como destinatária final, e isso basta.

Superada essa questão, o informe de fl. 17, dirigido ao "Sr(a). Banana", indica que realmente débitos foram lançados pela requerida. Tanto isso é verdade que os documentos de fls. 18/21 evidenciam que o nome da autora sofreu restrições, o que se corrigiu por meio dos ofícios



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de fls. 43/45, expedidos a mando deste juízo.

Não bastando, em resposta a um dos requerimentos formulados junto à Anatel, à fl. 25 constou, *verbis*:

"(...) verificamos que cliente não possui nenhum contato junto a prestadora. Contudo informamos a cliente que abrimos um protocolo junto a área responsável para estar verificando se é um caso de fraude."

Sem falar no pueril português, massacrado, a resposta consiste em verdadeira confissão de ausência de contrato, o que, por si só, resolveria a pendenga.

Ademais, primordial a obrigação da requerida de juntar o contrato para a prestação dos serviços, assinado por alguém com poderes para tanto, em nome da autora, e isso longe esteve de vir aos autos.

A desídia da parte requerida foi tanta, que se está a discutir uma linha móvel – celular – e à fl. 60 aduziu que a linha foi habilitada "no mesmo endereço fornecido pela Autora em sua qualificação inicial". O que importa, em verdade, é quem forneceu os dados de contratação, já que a linha celular não funciona necessariamente em um endereço fixo, visto que *é móvel*...

Não se desincumbindo de seu simples ônus de demonstrar a legalidade da contratação, o deslinde é de rigor.

Enquanto firmas como a requerida não se ocuparem de cuidados mínimos e básicos em suas contratações, sentenças como a presente continuarão a vir "aos montes".

Como exposto, não se provou contrato e, dessa forma, as cobranças foram indevidas, bem como as anotações restritivas ao nome da autora.

Além disso, no presente caso a requerente narrou – e demonstrou – ter tomado todas as providências que poderia para solucionar a pendência sem o socorro do Judiciário, tendo efetuado não só uma, como duas reclamações junto à Anatel, sem sucesso.

Ainda, inúmeros contatos via fone foram feitos, com tempo perdido, como é corriqueiro e sabido por todos aqueles que utilizam serviços semelhantes, algo inadmissível a demonstrar imenso desrespeito ao consumidor.

Não obstante posições contrárias, enquanto sentenças reconhecerem a responsabilidade mínima a grande conglomerados econômicos, com indenizações pífias, nada de concreto será feito na tentativa de se minorarem as fraudes a lesar inocentes.

Diante disso, e considerando a vertente intimidatória que deve existir em casos semelhantes, em virtude inclusive do valor negativado (mais de mil reais), a indenização por abalo moral, que *é in re ipsa*, é fixada em R\$15.000,00.

Ante o exposto julgo procedentes os pedidos iniciais para:

- 1) cancelar os débitos relativos à linha 16-9991-1500, em nome da autora (R\$1.004,81 e R\$15,96);
- 2) cancelar as negativações no SCPC e Serasa (fls. 18/21), restando mantida a antecipação de tutela já concedida e
- 3) condenar a requerida a pagar à autora a quantia de R\$15.000,00 por danos morais.

Considerando que o fator tempo já foi levado em conta para a eleição do *quantum*, os juros moratórios, bem como a correção monetária serão contados a partir da publicação da presente decisão.

Dada a sucumbência integral da requerida, arcará, ainda, com as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atualizado da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PRIC

São Carlos, 04 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**